

“SE ESSA RUA FOSSE MINHA”: MEMÓRIAS, TRANSFORMAÇÕES E USOS DA RUA JOÃO PESSOA, ARACAJU (1943-2020)

Rose Elke Debiasi¹⁰
Ana Carla dos Santos Evangelista¹¹

RESUMO

O presente artigo aborda a importância da Rua João Pessoa, Aracaju, para a construção da identidade do povo aracajuano. O principal objetivo deste trabalho é identificar os principais usos, memórias e transformações da rua entre os anos de 1943 e 2020. Por meio de questionários, aplicado via Google Forms, buscamos compreender a relação de pertencimento existente entre os moradores e o patrimônio edificado da Rua João Pessoa. O pano de fundo do artigo é a preocupação com a preservação do patrimônio edificado, bem como o papel deste na construção da memória e da identidade do aracajuano. Para tal intento, foi imprescindível a utilização de um arcabouço teórico interdisciplinar (História, Patrimônio, Arquitetura, Educação), em diálogo com a Museologia. Finalmente, cabe dizer que este trabalho também visa colaborar com os trabalhos de educação patrimonial, podendo servir como base para futuras produções a respeito do tema abordado.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial. História. Memória Coletiva. Patrimônio Edificado. Rua João Pessoa-Aracaju

ABSTRACT

This article discusses the importance of road João Pessoa- Aracaju for the construction of the identity of the Aracaju people. That said, our main objective is to identify the main uses, memories and transformations of the street between the years 1943 and 2020. Through questionnaires, applied via Google Forms, we seek to understand the relationship of belonging existing between the residents and the built heritage of street Jhon Person. The background of the article is the concern with the preservation of built heritage, as well as its role in the use of an interdisciplinary theoretical framework (History, Heritage, Architecture, Education), in dialogue with Museology. Finally, it should be said that this work is also intended to collaborate with heritage education works, and may serve as a basis for future productions on the theme approached.

¹⁰ Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Historiadora e museóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutora pela UFSC. Integrante da ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões. É organizadora das coletâneas Terra e Memórias: vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil (2018) e Movimentos Sociais e Resistência no Sul do Brasil (2020). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5468-6990>. E-mail: elkedebiazi@gmail.com

¹¹Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Participa de projetos de pesquisa e de extensão nas áreas da memória, da educação patrimonial, do patrimônio cultural e dos desafios enfrentados nas/pelas instituições museológicas. ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0006-1755-6453>. E-mail: santos_evangelista@outlook.com

Keywords: Heritage Education. History. Collective Memory. Built Heritage. road João Pessoa-Aracaju.

Introdução

Este artigo é resultado de um estudo de caso acerca das transformações da Rua João Pessoa, Aracaju, entre os anos de 1943 a 2020. Inserindo-a em um contexto patrimonial, o presente artigo busca analisar os impactos gerados no patrimônio edificado da referida rua, devido ao uso e à exploração comercial no Centro Histórico de Aracaju. Nessa direção, buscaremos compreender os motivos pelos quais o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e os órgãos vinculados à salvaguarda do patrimônio não possuem um interesse maior na preservação dos bens da Rua João Pessoa.

Considerada como artéria principal da cidade pelo jornal Gazeta de Sergipe (1978), a Rua João Pessoa já foi chamada de Rua Conceição, Rua do Barão, Rua Japarutuba, e fíndou-se por ser a Rua João Pessoa em 1930. Primeira rua a ser calçada com paralelepípedos no final de 1919 (PORTO, 2011) e, posteriormente, em 1978, a primeira da capital a receber um calçadão exclusivo para a passagem de pedestres. Foi também, palco dos principais eventos sociais, políticos e econômicos da cidade. A partir dessa trajetória e por ser uma área da cidade que carrega consigo resquícios de elementos arquitetônicos do ecletismo e do modernismo, percebemos que a Rua João Pessoa possui importante papel para a formação da identidade do povo aracajuano, devendo assim dispor de reconhecimento e cuidados dos gestores responsáveis.

A partir dos trabalhos de Adênia Andrade (2008) e Fernando Porto (2011) a respeito da Rua João Pessoa e da antiga Aracaju, já percebemos uma preocupação com relação às mudanças e a desvalorização acerca da rua, dos bens ali existentes, com a perda de costumes e, por fim, com a exploração do comércio de forma “desenfreada”, impactando, assim, na falta de preservação dos imóveis. Ao longo destas leituras e das pesquisas feitas, percebe-se que a atitude de reconhecer os bens locais e o cuidado com o patrimônio leva a sociedade a se reconhecer enquanto cidadã pertencente ao meio e, ainda, desperta o interesse em preservar a herança patrimonial e cultural de sua cidade. Através do viés da educação patrimonial, segundo Custódio e Horta (1999, p. 4), o trabalho com a educação patrimonial “busca levar crianças e adultos a um processo de ativo conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um

melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos.”

No âmbito jurídico, a lei estadual 2.069 de 28 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, existe para assegurar a proteção e à conservação do patrimônio do estado. Esta, sendo amparada pela Lei de 1937 que engloba o patrimônio nacional e institui a proteção aos bens. Visto que somente é restaurado e preservado o que está inserido no livro de tombo e que essa escolha não está em poder da sociedade, resta a dúvida: como fica a situação dos imóveis históricos da Rua João Pessoa?

A resposta está na situação atual dos mesmos: fachadas originais cobertas por letreiros, imóveis sem a devida restauração, anúncios de serviços dispostos sob os prédios ainda encobertos pela fiação, o que compromete ainda mais a visualização deles.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa discutimos, ainda, o resultado da tabulação do questionário que foi utilizado como parte da nossa metodologia, agregando à documentação direta juntamente com as saídas de estudo e a entrevista piloto realizada com o Senhor Paulo Santos¹², membro do Senadinho. O “Senadinho” como é conhecido, trata-se de um grupo distinto de senhores que se reúne para falar de assuntos da vida social, mudanças da capital e da política nos seus tempos de mocidade e atualmente.

O questionário que substituiu a ideia inicial das entrevistas presenciais, devido à situação pandêmica de COVID-19 que assolou o mundo, foi aplicado via Google Forms entre os dias 10 de maio e 1º de junho de 2021 e tinha como foco principal analisar a relação que as pessoas mantêm com o patrimônio edificado da Rua João Pessoa e do Centro Histórico de Aracaju.

Dentro da metodologia, também fizemos uso da documentação indireta através da pesquisa documental (obras de memorialistas, fotografias, jornais do século XX, decretos e leis) e bibliográfica (livros, textos, artigos, monografias, dissertações, teses e sites). Para esse levantamento, foram utilizadas as ferramentas de pesquisa do Google Acadêmico e do Portal de Periódico da Capes, além da busca através do portal “Jornais de Sergipe” que reúne um conjunto de jornais digitalizados e disponíveis por meio de o site da Universidade Federal de Sergipe. A partir deste site foi possível acrescentar em nossas referências os jornais: Gazeta Socialista, Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade. Estes jornais foram considerados os melhores em seus segmentos e tempo de duração, tendo

¹² Um nome fictício foi adotado para mantermos a segurança e privacidade do entrevistado.

durado cerca de 50 anos os dois primeiros (REIS; 2012) e o último sendo publicado até os dias atuais. Sendo assim, compreendemos o leque de informações contidas nestes periódicos como necessários para este trabalho.

Rua João Pessoa – O cenário patrimonial

No Brasil, a preocupação com o patrimônio surge nas primeiras décadas do século XX como reflexo dos debates que aconteciam ao redor do mundo. Essa preocupação ganhou expressão no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), na busca por reforçar o nacionalismo e a identidade do país.

Influenciado pela Carta de Atenas de 1933¹³ será criado o Decreto Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937, que fundamenta a política patrimonial do Brasil e regulamenta a proteção do patrimônio através do “tombamento”. Nesse período, a preocupação com o patrimônio se restringia apenas as edificações e ao patrimônio material. O decreto de 1937 também viabilizou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que como órgão federal se tornou a instituição responsável pelo patrimônio brasileiro. O Sphan seguiu sendo o principal órgão responsável pelo patrimônio até os anos de 1960, quando essa função é repassada também aos estados e municípios.

Em 1970, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) passa a denominar-se como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e junto com essa mudança os órgãos estaduais e municipais que já eram responsáveis por seus patrimônios desde os anos 1960, obtém o poder do tombamento do patrimônio material à seus níveis de jurisdição.

É então no ano de 1988, através da promulgação da Constituição Federal, que serão ampliados os conceitos de patrimônio, reconhecendo a sua natureza material e imaterial. Através dos artigos 215 e 216 ficam estabelecidas as formas de preservação e o tombamento das manifestações que tratam da cultura tradicional e popular, das formas de expressão, dos modos de fazer, criar e viver. Posteriormente, através do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, será instituído o instrumento de salvaguarda “registro” voltado para a inscrição dos bens imateriais. O registro, por sua vez, é definido como:

¹³ Carta de Atenas de 1933. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf> > Acesso em: 20.05.2021

Corresponde à identificação e a produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los”. (SANT’ANNA, 2009, p.55)

Na esfera estadual, a responsabilidade sob o patrimônio material e imaterial ficou a cargo de órgãos como o Conselho Estadual de Cultura de Sergipe (CEC) criado a partir da lei estadual nº 1478 de 16 de agosto de 1967. Sendo vinculado ao Ministério de Turismo atua por meio da seleção e indicações de bens ao tombamento e também através da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe (FUNCAP) que atua na administração de políticas de cultura e do patrimônio. Na esfera municipal de Aracaju existe o Conselho Municipal de Cultura (CMC) criado a partir da lei 1.160 de 27 de janeiro de 1986 e reformulada através da lei municipal 1.445 de 26 de dezembro de 1988 que dispõe sobre as leis de preservação do patrimônio histórico da cidade e sobre as solicitações de tombamento.

Na cidade, grande parte dos decretos de tombamento são insituídos por meio da esfera estadual e/ou municipal e essa escolha fica, ainda, a cargo de um pequeno grupo de representantes dentro dos órgãos responsáveis, sem a participação da população (LIMA, 2017, p.114). Visto que somente são preservados os monumentos que possuem inscrições no livro de registro, um grande número de bens passa “despercebidos” aos olhos dos órgãos responsáveis, sendo esse o caso dos imóveis da Rua João Pessoa.

Mesmo com os instrumentos de salvaguarda ao patrimônio, se ampliarmos nossa visão para outros ambientes percebemos que a ausência de bens tombados ou preservados na capital aracajuana é um fato recorrente. Ao longo dos anos de modernização da cidade e da área central muito já se perdeu das características históricas e arquitetônicas das edificações, algumas sofreram reformas e muitas outras foram demolidas para cederem espaços às construções mais modernas ou para servirem de estacionamentos.

Nesta mesma linha de raciocínio, Lima (2017, p. 29) afirma que:

No caso da cidade de Aracaju, há um perigo concreto de se apagar os registros da memória diante da veloz transformação contemporânea e de um desinteresse pela história e seus lugares representativos, pois não se observa um envolvimento ou mesmo uma apropriação de boa parte da população dos espaços como “lugar da memória”, o que torna ainda mais premente a necessidade de se desenvolver projetos de educação patrimonial neste sentido.

Como forma de ilustrar isso ao leitor podemos citar o caso do Cine Palace (fig.01) que compõe a lista de bens de valor arquitetônico localizados na Rua João Pessoa. Situado no número 1 (atual nº11) da João Pessoa, o local já sediou o Cinema Universal e a Sorveteria Primavera, que funcionou a partir de 1936 e teve como seus proprietários o casal Acioli e Glorinha. Ela funcionava como um ponto de encontro e sociabilidade. Segundo o memorialista Melins, “era a mais elegante e mais luxuosa da nossa cidade” (MELINS, 2007, p. 248).

O Cine Palace que foi inaugurado no ano de 1956 também fora considerado o cinema mais luxuoso da cidade, devido as suas instalações modernas. O local “passou a ser o espaço de lazer mais procurado pela sociedade aracajuana, que a ele ocorria diariamente e, principalmente, nos fins de semanas e feriados, para assistir à programação esmerada dos grandes sucessos cinematográficos.” (MELINS, 2007, p.147)

Porém, com o passar do tempo e devido à perda de costumes na região central, o Cine Palace viu-se obrigado a fechar e encerrar suas atividades em 1997. No local, atualmente, funciona uma loja de nome “Center Palace” e de sua decoração original restaram apenas os painéis de Jenner Augusto¹⁴ que foram tombados através do decreto nº 1.990 de 26 de outubro de 1988. Nem mesmo o famoso letreiro que indicava o nome do cinema, na parte exterior do local, foi preservado e o que observamos, atualmente, enquanto transeuntes, é um prédio cuja aparência retrata o abandono e descuido com o imóvel.

Figura 01: Cine Palace/Center Palace **Figura 02:** Pague Menos/Casa R. Ribeiro

¹⁴ Jenner Augusto foi um pintor, desenhista, escultor e ilustrador. Suas obras de influências modernistas preenchem alguns dos espaços da capital aracajuana, como por exemplo as paredes do Cacique Chá e do antigo Cine Palace. Mais informações: Mário Britto, via PGE/SE. Expressão Sergipana. Quem foi Jenner Augusto? 2017. Disponível em: < <https://expressaoserqipana.com.br/quemfoi-jenner-augusto/> > Acesso em: 12.07.2021



Fonte: arquivo pessoal



Fonte: arquivo pessoal

Outro imóvel que chama atenção pelo seu estado de conservação fica no número 231 da João Pessoa. O local que abrigava durante os anos de 1950 a Casa R. Ribeiro (fig.02), hoje, dá espaço a Farmácia Pague Menos. Além do seu estado de deterioração, o local é um dos que mais chama atenção por ter a sua fachada original praticamente coberta por letreiros e anúncios das lojas, exemplificando, assim, a prioridade pela exploração comercial.

É interessante destacarmos que nenhum desses bens citados acima são tombados, ou seja, não recebem cuidados relacionados à preservação e conservação por meio dos órgãos responsáveis, assim como os demais bens localizados na Rua João Pessoa. Como apontado por Lima (2017), em Aracaju é recorrente a prática de se apagar os registros da memória, seja através da demolição ou por meio do não tombamento do patrimônio edificado resultando em bens que ficam à mercê da iniciativa privada que optam pela exploração comercial ao invés da manutenção e preservação dos mesmos.

De acordo com Antônio Nogueira (2014), as práticas de tombamento e registro de um bem material ou imaterial são determinadas a partir da “atribuição de valores e usos sociais” por parte da sociedade, seja o uso dele no cotidiano ou na linha de tempo de sua história. Nessa direção, poderíamos sugerir que os bens históricos da João Pessoa não são de fato preservados, pois não há uma relação de pertencimento e nem atribuição de valores históricos a eles? Não existe o reconhecimento pela própria sociedade ou por parte do governo estadual e/ou prefeitura municipal?! Fica claro ao caminhar pela Rua João Pessoa que praticamente toda história da rua foi deixada em segundo plano, valorizando apenas à sua exploração comercial.

Nesse sentido, o não tombamento representa o descompromisso para com o patrimônio e a não realização de ações nesse sentido acabam contribuindo com o descuido

e com a poluição visual que descaracterizam as ruas do centro histórico. A única iniciativa de tombamento acabou por ser revogada, foi o caso do Cine Teatro Rio Branco (fig.03), localizado também na Rua João Pessoa.

Considerado um dos espaços de interação social mais importantes da cidade, teve o seu tombamento instituído através da lei 2.069 de 28 de dezembro de 1976. Logo em seguida, foi destombado e demolido, mantendo, atualmente, apenas sua fachada que indica a existência do Cine e abriga na parte inferior um mini shopping evidenciando ainda mais a preferência pela exploração comercial.

Figura 03: Cine Teatro Rio Branco/Shopping Calçadão



Fonte: arquivo pessoal

Dentro desse contexto o próximo tópico será dedicado a apresentar as transformações e os desdobramentos da chamada modernização na Rua João Pessoa-Aracaju.

“Calçadão x Calçadinha” - A questão da comunicação visual

O título desta seção foi retirado de um conjunto de versos do Jornal da cidade (1978), onde num diálogo o senhor Calçadão e a senhora Calçadinha tentam decidir entre si qual dos dois é o melhor. Ao final dos versos, nenhum dos dois vence a “disputa”, mas o autor acaba por destacar a beleza do calçadão recém-inaugurado. Esta seção abordará as várias transformações da Rua João Pessoa ao longo dos anos de 1943 a 2020, sobretudo a partir da década de 1970 que trará consigo as maiores modificações na rua e a construção da “rua de pedestres”. Sendo assim, acreditamos que a escolha deste subtítulo traduz o momento de transformação da Rua João Pessoa e acaba por conduzir e informar ao leitor o tema aqui abordado.

Quando Aracaju era ainda uma “doce província”, a rua principal da cidade tinha ainda uma denominação toda nossa: era Japarutuba. Depois, com os acontecimentos revolucionários dos anos 1930, a artéria principal passou a se chamar João Pessoa. (Gazeta de Sergipe, 13 e 14 de agosto de 1978, p.1)

Aracaju, sendo uma cidade pensada e planejada sob os ventos do ecletismo e da modernidade, viveu entre os anos 1930 e 1940 um período de crescimento populacional, demográfico e comercial (BARROS, 2020). Na cidade recém-criada e na Rua João Pessoa, ainda residencial, tudo estava em desenvolvimento. Construções modernas iam sendo erguidas, a linha férrea e os bondes compõem as ruas e o comércio na área anteriormente residencial se expande.

Porém, assim como em outras capitais e estados do Brasil, Aracaju também sofrera com os impactos e crises político-econômicas em decorrência da depressão dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), essa última, refletindo diretamente na capital através do torpedeamento¹⁵ de navios brasileiros na costa sergipana (1942), tirando a vida de centenas de pessoas. Passado o período da Segunda Guerra Mundial, a capital aracajuana volta a se erguer e dá continuidade a seu processo de desenvolvimento e modernização, cujos efeitos discutiremos num próximo momento. A Rua João Pessoa, considerada a principal da cidade, volta a sua antiga rotina e aos poucos retomam-se as comemorações, as tradições, os festejos, os tradicionais footings e passeios aos domingos, as idas ao Cine Rio Branco, visitas às vitrines das lojas e aos bares e restaurantes que ali existiam. Os tradicionais carnavais da Rua João Pessoa voltam a acontecer, festa popular na qual dava-se espaços a batalhas de confetes, desfiles de fantasias, trios elétricos, bailes carnavalescos nos grandes clubes da cidade, entre outras atrações.

Dentre os famosos espaços que eram utilizados para as realizações de bailes carnavalescos, entre tantas outras comemorações, destacamos o Cine Teatro Rio Branco. Localizado também na rua João Pessoa e inaugurado inicialmente como Teatro Carlos Gomes, no ano de 1904, serviu em seu tempo de funcionalidade como cinema, teatro, local de encontro de partidos políticos, palco de shows para diversos artistas nacionais, espaço para bailes carnavalescos, entre outras comemorações.

¹⁵ No dia 17 de agosto de 1942 cinco navios mercantes da Marinha Brasileira foram atacados em costa sergipana por submarinos alemães que faziam parte das forças do “Eixo” deixando centenas de feridos e mortos pelas praias do litoral sergipano.

Nos anos de 1940-50 ainda se percebia certa timidez no mercado automobilístico da capital e poucos carros se viam nas ruas, podendo ser próprios ou alugados. O transporte em sua grande maioria era feito através dos bondes que ligavam as várias partes da cidade, entre eles o bonde conhecido como: Bonde número 1 Luz Azul- Bairro Industrial que em suas rotas incluía a Rua João Pessoa (MELINS, 2007).

Porém, em meados dos anos 1950, os bondes param de funcionar e sinalizam mais uma vez a modernização da capital e o avanço na industrialização. No entanto, com a extinção dos bondes elétricos e o surgimento de novos veículos de transporte, outras preocupações surgem: o trânsito começara a crescer nas regiões centrais e a população se queixava dos atrasos e falhas nos novos transportes.

As décadas que se seguiram são marcadas como o maior período de crescimento de Aracaju. A cidade já havia completado o seu primeiro centenário e os administradores ao longo dos anos haviam se empenhado na função de desenvolver a capital. Leia-se: modernizá-la e urbanizá-la. As ruas em sua grande maioria estavam pavimentadas e os veículos já tomavam conta das avenidas, já haviam serviços de tratamento de água e esgoto, a energia elétrica era utilizada na maior parte dos serviços e a rua João Pessoa seguia como uma das principais para o comércio e vida social aracajuana.

Como consequência do processo de urbanização e expansão comercial, os moradores que residiam na João Pessoa foram forçados a se mudar para bairros residenciais ao redor do centro da cidade, a exemplo dos bairros¹⁶: Cirurgia, São José e Suíça. As casas e edifícios até então construídas sob o estilo eclético, principalmente as construções localizadas no sítio fundacional da cidade - como símbolo do novo e do desenvolvimento - passam a sofrer reformas (LIMA, 2015) e adaptações para o estilo modernista que entra em vigor na capital já nas décadas de 1950 e 1960.

É então nos anos 1970, com a já consolidação do comércio na região central da cidade acarretando também no crescimento do fluxo de carros e pedestres na Rua João Pessoa, que surge a ideia de urbanização e de pensar numa solução para a organização do trânsito da região central.

A construção de um calçadão exclusivo para os pedestres fez parte tanto desse plano de urbanização quanto do interesse em organizar o trânsito. Eis que então, no dia 19

¹⁶ Os bairros mencionados estão distribuídos entre a zona sul (Suíça e São José) e centro da capital (Bairro Cirurgia).

de abril de 1978, durante o mandato do prefeito João Alves Filho, é assinado o contrato com a empresa NORTEC Construções Ltda das obras para a primeira rua de pedestres da cidade. Em discurso o prefeito João Alves falou sobre as obras realizadas em seu mandato:

Urge que humanizemos nossas cidades, tornando-as mais agradáveis de se viver, ampliando as áreas de lazer, criando pontos de encontro da comunidade. Daí nos voltarmos para as necessidades espirituais do homem que são fundamentais ao seu desenvolvimento pleno, através de investimentos na arborização da cidade, na construção e recuperação das praças, dos parques, das ruas de pedestres, no apoio às artes em nossa Galeria, etc. (Jornal Gazeta de Sergipe, 30 e 01 de maio de 1978, nº 6.013).

Em nota, o comentarista do jornal Gazeta de Sergipe exprime sua opinião a respeito do calçadão e do trânsito da região central:

Isso é muito bom, mas é necessário, a nosso ver, uma tomada de posição global, porque esse calçadão faz parte de uma estratégia baseada no transporte de massas. É preciso saber se vai ser implantado o transporte de massas, a fim de que a existência do calçadão não seja, por sobre sua beleza e poesia, um estorvo a mais no trânsito da cidade. (Jornal Gazeta de Sergipe, 20 de abril de 1978, nº 6.005).

A preocupação se estendia também por parte dos lojistas da João Pessoa, que com a construção do calçadão e fechamento para as obras temiam queda nas suas vendas. Após discussões nos seguimentos comerciais e de trânsito, foi inaugurada a primeira rua exclusiva para passagem de pedestres da capital aracajuana, em 15 de agosto de 1978.

Passadas as comemorações de inauguração, iniciam-se as reclamações de assaltos na nova rua de pedestres “desde o dia em que foi inaugurada (...) cerca de 20 assaltos já aconteceram na rua João Pessoa” informou a gazeta de Sergipe um dia após a inauguração. Com o passar do tempo, as reclamações aumentaram e a perda de alguns costumes sociais e a descentralização do comércio contribuíram cada vez mais para o abandono da rua João Pessoa por parte dos pedestres e também das autoridades.

Após ser palco de tantos eventos da história da capital, de encontros entre jovens para práticas sociais, das assembleias e debates políticos, das idas aos cinemas, bares e restaurantes, a Rua João Pessoa hoje se encontra à mercê das ações do tempo e da falta de conservação. Devido às várias modernizações, a rua perdeu muitas de suas características

iniciais/residenciais e vem a se tornar o que identificamos hoje: um ambiente lotado de lojas e de comunicação visual, com imensos letreiros e anúncios de serviços e produtos.

Atualmente, segundo o Sr. Paulo, nosso entrevistado, a Rua João Pessoa “está muito diferente do seu tempo”, mas afirma que seguirá visitando o local todos os dias “para encontrar os companheiros” acrescentou ainda que a João Pessoa “o remete somente coisas boas e as lembranças dos amigos de idade”. A partir disto, discutiremos na próxima seção a percepção dos transeuntes, resultado do questionário online, com relação aos avanços e transformações ocorridas na Rua João Pessoa e do centro histórico da capital.

E agora, patrimônio?

Através do conceito de bens inalienáveis, Reginaldo Gonçalves (2007) aponta os limites para o uso social do patrimônio e a junção deste ao uso comercial. Nesta direção, a junção de ambos, apesar de parecer inviável, pode ser possível e benéfica ao patrimônio desde que exista uma parceria entre os comerciantes e o governo, em prol da conservação e restauração desses bens. A colaboração entre os dois lados traria benefícios mútuos e possibilitaria o acesso às várias classes não tradicionais ou elitizadas.

Como exemplo do uso social do patrimônio, podemos citar a cidade de Penedo¹⁷-AL, que faz divisa com o estado de Sergipe e tem sua origem datada de meados do século XVI. Durante uma visita à cidade, percebemos que em comparação com o Centro Histórico de Aracaju e com a Rua João Pessoa, pouco precisou ser modificado nas construções centrais da cidade para a sua adaptação ao comércio e que isso ajudou a manter tanto a economia e a fonte de renda dos comerciantes da região, quanto o turismo histórico da cidade.

Na realidade de Penedo, o comércio existente precisou adaptar-se ao interior dos bens, resultando no uso social do patrimônio e fazendo com que o comércio central se adequasse às “regras de uso” para juntos coexistirem. Nesse caso, “o mercado não seria algo que ameaçaria (ou confirmaria) o patrimônio externamente, de fora de suas fronteiras; ao contrário, ele existiria internamente aos patrimônios culturais modernos, no interior de

¹⁷ A cidade de Penedo possui o seu conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico tombado através do decreto N° 29.595, de 08 de março de 1986.

suas fronteiras, fazendo parte de sua natureza, não podendo estes existir sem aquele.” (GONÇALVES, 2007, p. 240).

Esclarecemos de antemão que a cidade de Penedo não foi mencionada com fins comparativos, mas sim como exemplo, por se tratar de uma cidade histórica que, diferentemente de Aracaju, possui uma política de preservação. Compreendemos, entretanto, que ambas possuem realidades distintas, porém no cuidado e no zelo com o patrimônio edificado foi possível mencioná-la e fazer tais aproximações.

É interessante pensarmos que devido a sua trajetória e por carregar tantas histórias do povo aracajuano e do desenvolvimento social e comercial da cidade, a rua João Pessoa possui vários elementos para ser preservada nos moldes originais. O intuito é que se alcance o reconhecimento desses bens como suportes de memória do povo aracajuano, elementos essenciais para a construção da identidade e do sentimento de pertencimento. Segundo Lima (2017, p. 135), “esses lugares são essenciais porque representam a dimensão do palpável, lar de tradições e memórias”.

Com isso enxergamos o valor e a necessidade de preservação dos imóveis que estão localizados na rua João Pessoa, em diálogo com a rememoração de fatos históricos e dos elementos arquitetônicos de séculos passados. A busca insaciável pela modernização, no entanto, prejudicou tanto a conservação dos bens materiais como a preservação da memória de uma sociedade local. Na realidade do centro comercial de Aracaju e da Rua João Pessoa, os espaços são controlados por várias redes de lojas e o comércio avança cada vez mais em detrimento das ações preservacionistas. Não há a compreensão e nem a visibilidade das edificações como sendo parte do patrimônio cultural e nem a devida atenção das entidades públicas responsáveis.

Sobre isso, Gonçalves afirma que a junção das categorias patrimônio e mercado também pode resultar na banalização do patrimônio e no não reconhecimento do mesmo: “Uma vez constatado o avanço do mercado e de outras agências sociais sobre espaços antes controlados por agências do Estado, desestabiliza-se uma forma de se perceber o patrimônio como algo organicamente ligado à história e à identidade nacional e supostamente articulado em contraposição ontológica ao mercado.” (GONÇALVES, 2007, p. 244).

Novamente, a educação patrimonial mostra-se como sendo um caminho norteador para o cuidado com os bens “uma vez que a atribuição de um valor simbólico aos bens

patrimoniais depende do nível de conhecimento que se tem a respeito de sua historicidade” (LIMA, 2007, p.15) e que é de suma importância sua participação no processo ativo de construção da identidade de um povo.

Como principal agente da educação é (ou seria) responsabilidade das escolas, como formadora de cidadãos, suscitar e viabilizar caminhos para esta interação com o patrimônio cultural da cidade, reforçando-se a ideia de que o patrimônio em si também conta histórias e pode ser utilizado como ferramenta para o ensino visto que, investir na educação patrimonial resulta em cidadãos mais conscientes de seu patrimônio, de sua identidade e conseqüentemente atentos à necessidade de preservá-lo.

Ao se reconhecer como membro dessa sociedade, ciente de seu papel para com a preservação do patrimônio, contribuimos para a construção de novas memórias, uma vez que sabemos que esses fragmentos materiais servem como suporte para a memória e ativação das lembranças.

Este exercício de utilizar e envolver o patrimônio em atividades sociais colaboram ainda para a criação e rememoração dos fatos que, segundo Halbwachs, funcionam como “apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras.” (HALBWACHS, 2003, p.25)

Dentro desse contexto, a memória seja ela coletiva ou individual, apesar de assumir posturas diferentes, são ativadas pelo contato com as lembranças e as mesmas estão sujeitas a interferência de outros acontecimentos vividos pelo indivíduo ou pelo seu grupo. Pois embora exista a memória individual, a memória é construída através do coletivo e que também podem ser induzidas ao esquecimento a partir da perda de vínculo com o “suporte” dessas memórias.

Nesse sentido, o patrimônio, por meio da memória, além de servir como “suporte” para essas lembranças atua como ponto em comum para a rememoração de fatos, como seria o caso da João Pessoa. Ou seja, a rua que em si é um lugar carregado de memórias, as quais contribuem para ativar as lembranças da sociedade.

A partir disso, decidimos realizar um questionário para entendermos as relações e os usos que os depoentes estabelecem com esse patrimônio. Assim, organizamos o questionário em duas seções, sendo a primeira voltada para a identificação dos

entrevistados e a segunda com perguntas de múltipla escolha para a discussão sobre o patrimônio e os bens localizados na Rua João Pessoa.

Num total de 40 respostas obtidas, 70% das respostas foram de pessoas do gênero feminino e 30% do gênero masculino, sendo 90% delas de idade entre 18-39 anos e as demais distribuídas entre pessoas de 40 anos ou mais. O total de 100% dos entrevistados nos informaram que os prédios históricos são capazes de nos contar histórias. Essa resposta por si só sinaliza que a população tende a reconhecer as potencialidades do patrimônio, reforçando tanto a importância da educação patrimonial que vem sendo discutida ao logo desse trabalho como a necessidade de estimular ações que vinculem os cidadãos aos seus bens incentivando a construção da identidade.

Em seguida, quando questionados sobre com qual frequência visitam a Rua João Pessoa no centro da cidade: 55% dos entrevistados sinalizaram que raramente se deslocam ao local, 25% visitam uma vez a cada mês, 12,5% uma vez por semana e apenas 5% visitam duas ou mais vezes por semana a rua que outrora, abrigava os principais pontos da região, fora considerada a principal rua da cidade e a mais frequentada para práticas sociais.

Este resultado ilustra o “abandono” da João Pessoa, dos costumes sociais e tradições que movimentavam a rua principalmente entre as décadas de 1940 a 1970.

Cabe dizer que 85% dos entrevistados responderam que não se encontram satisfeitos com o cenário atual do nosso centro histórico. Atribuímos essas insatisfações à falta de cuidado e ao abandono de boa parte da região central (como é o caso da rua João Pessoa) e também à falta de reconhecimento do patrimônio local que faz com que os mesmos não estejam inseridos no roteiro turístico da cidade e muito menos possuam atrações que convidem o público para sua visita.

Apesar de expressivo o número de insatisfação, mais de 50% dos entrevistados afirmaram se reconhecer como cidadão aracajuano. As divergências entre as respostas nos dois últimos tópicos (satisfação e reconhecimento) evidenciam ainda um certo conflito de entendimento a respeito do patrimônio local e também os déficits existentes no direito à memória dos cidadãos. Porém, mesmo não existindo o compromisso de políticas públicas percebe-se através das respostas que há um reconhecimento e valorização dos bens da Rua João Pessoa.

Considerações Finais

A seguinte pesquisa buscou compreender a importância da Rua João Pessoa para a construção da identidade e memória do povo aracajuano. Dentro deste contexto nos propomos a apresentar e discutir as memórias, as histórias, os usos e as transformações da rua entre os anos 1943 e 2020, assim como buscamos entender os significados que as pessoas atribuem aos bens localizados na Rua João Pessoa.

Dentro desse contexto, gostaríamos de ressaltar a importância dos órgãos responsáveis pela proteção e salvaguarda do patrimônio, seja o IPHAN na esfera federal como principal órgão deliberativo, o Conselho Estadual de Cultura (CEC) representando o poder estadual e Conselho Municipal de Cultura (CMC) na esfera municipal. A junção do trabalho entre eles significa (ou deveria significar) a proteção e a salvaguarda de todo e qualquer bem/patrimônio que possua valor simbólico para a sociedade.

O reconhecimento dos bens da rua João Pessoa como patrimônio resultaria na conservação e preservação dos imóveis, levando tanto o governo como os proprietários dos imóveis a pensarem numa forma de unir o patrimônio ao comércio numa realidade em que ambos coexistam sem um trazer dano ao outro, conforme apontou Gonçalves (2007) sobre o uso social do patrimônio. Os resultados discutidos ao longo das seções demonstram, ainda, a importância de conservar o patrimônio e oportunizar práticas de interação entre eles e os indivíduos, estimulando através desta relação patrimônio x sociedade, o fortalecimento dessas relações e a construção mais sólida dessa identidade.

Na realidade da João Pessoa, apontamos ainda como prioridade a despoluição visual do local e a remoção do excesso de letreiros sob os bens, pois além de prejudicarem a visão das fachadas originais acarretam dificuldades à conservação dos prédios, uma vez que o peso deles (letreiros) podem trazer danos à estrutura física do local.

Outra questão, é o excesso de fiação elétrica na frente dos imóveis que, por sua vez, também prejudicam a visualização das fachadas. Como sugestão para isso, os gestores poderiam estar pensando na substituição da rede elétrica atual pela fiação subterrânea, alternativa já adotada em outros estados e cidades, a exemplo de Penedo/AL. Essa medida, além de promover uma segurança maior dos transeuntes, permitiria uma melhor experiência de visita. O investimento nessas medidas de conservação e preservação, a longo prazo, resultaria em vários benefícios aos proprietários das lojas e aos órgãos

responsáveis pela salvaguarda do patrimônio, pois poderiam incluir a Rua João Pessoa no roteiro turístico da capital.

Por fim, através do reconhecimento e das medidas de preservação, é interessante propormos alternativas para atrair o público para esses espaços de sociabilidade e de memória, com a intenção de fortalecer os laços de identidade e estimular o respeito pelo patrimônio local. Órgãos como a Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU), responsável pelos serviços na área da cultura e preservação do patrimônio, poderiam investir em atividades educativas culturais que envolvessem e relacionassem o público com esses espaços/locais.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos / -2. ed.** -Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 19.05.2021

ALMEIDA, L. A. **Políticas Patrimoniais no Brasil: Um estudo sobre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Ubá-Minas Gerais.** Ano: 2017. Dissertação de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/18268/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 22.05.2021

ANDRADE, A. S. **João Pessoa e Laranjeiras: duas ruas no imaginário cultural e patrimonial entre as décadas de 20 e 40 do século XX.** In: *IV Encontro Estadual de História da ANPUH-BA*, 2008

ANDRADE, A. S. **As faces culturais de uma rua: Aracaju 1920 a 1940.** In: *REVISTA HORIZONTES*, 2008, SAO PAULO. Disponível em: [http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Horizontes_26_1_05\[10992\].pdf](http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Horizontes_26_1_05[10992].pdf). Acesso em: 23.05.2021

ANDRADE, Adênia Santos; FILHO, José de Oliveira Brito. **A paisagem urbana de Aracaju a partir das Ruas João Pessoa e Laranjeiras.** Ano: 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10114/10/9.pdf>. Acesso em: 15.05.2021

ANDRADE, Adênia Santos. BRITO FILHO, José de Oliveira. **O Ir e Vir das Ruas João Pessoa e Laranjeiras (1920 –1940).** São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CAMPELLO, L. de O. S.; FREIRE, Eliane Oliveira de Lima. **O Jornal Gazeta de Sergipe - Uma contribuição a História da Mídia.** In: *VI Congresso Nacional de História da Mídia*, 2008, Niterói. 200 anos de mídia no Brasil - Historiografias e Tendências, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/O%20JORNAL%20GAZETA%20DE%20SERGIPE.pdf>. Acesso em: 12.05.2021

GONÇALVES, Reginaldo. **Os limites do Patrimônio.** Disponível em: <http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%203%20-%20GON-ALVE S.pdf>. Acesso em: 23.05.2021

GONÇALVES, Reginaldo. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (Orgs). **Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 19.05.2021

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003. Leitura indicada: Capítulo II.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adrane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 22.05.2021

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marina de Andrade Marconi, Eva. Maria Lakatos. -5. ed. -São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Edílio José Soares. **Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da educação patrimonial.** Universidade Tiradentes, 2017. Disponível em: https://mestrados.unit.br/pped/wp-content/uploads/sites/2/2017/04/LIMA_Edilio_PEDRAS-QUE-FALAM_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 01.06.2021

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio.** *ANPUH –XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* –Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0135.pdf>. Acesso em: 15.05.2021

NERY, Juliana C.. **Registros: as residências modernistas em Aracaju nas décadas de 50 e 60.** In: *V Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003, São Carlos. CD-ROM do V Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003.* Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/079R.pdf>. Acesso em: 15.05.2021

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação.** *Antíteses*, vol. 7, n.14, jul.-dez., 2014, p. 45- Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193332875005.pdf>. Acesso em: 22.05.2021

PASSOS, Lucas Santos e NASCIMENTO, Máira Ielena Cerqueira. **Aracaju/SE: entre o pretérito e o porvir -bens tombados em Aracaju.** In: *III Seminário Internacional de Políticas Culturais.*

PORTO, Fernando Figueiredo. **Alguns nomes antigos de Aracaju.** Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2003.

REIS, Carla D. S. dos.. **GAZETA DE SERGIPE: GAZETA COMBATIVA? ANÁLISE DO PERIÓDICO GAZETA DE SERGIPE.** In: *II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq, 2012, Aracaju. II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq - Museologia e História Cultural: Intercâmbios possíveis.* Aracaju: -, 2012. v. II. p. 1-8.

SILVA, Maria Angélica da; MUNIZ, BIANCA MACHADO. **A CIDADE QUE ABRAÇA UMA ROCHA: HISTÓRIAS DE PENEDO DO RIO SÃO FRANCISCO, ALAGOAS.** *GEONOMOS*, v. 24, p. 125-134, 2017.

Jornais

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, nº 6.005 de 20 de abril de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, nº6.013 de 30 e 01 de maio de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 19 de abril de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 27 de abril de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 3 de junho de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 8 de junho de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 9 de junho de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 13 de agosto de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 15 de agosto de 1978

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 16 de agosto de 1978

JORNAL DA CIDADE, Aracaju, 19 de abril de 1978

Baraúnas, nº 2, V. 1, jan/jun, 2024. ISSN- 2965-3053

JORNAL DA CIDADE, Aracaju, 20 de abril de 1978
JORNAL DA CIDADE, Aracaju, 07 de junho de 1978
JORNAL DA CIDADE, Aracaju, 15 de agosto de 1978
JORNAL DA CIDADE, Aracaju, 16 de agosto de 1978
FOLHA DA MANHÃ, Aracaju, 18 de agosto de 1942

Sites

ARACAJU. LEIS MUNICIPAIS. (org.). **LEI COMPLEMENTAR Nº 42 DE 04 DE OUTUBRO DE 2000.** 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/se/a/aracaju/lei-complementar/2000/5/42/lei-complementar-n-42-2000-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-de-aracaju-cria-o-sistema-de-planejamento-e-gestao-urbana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 maio 2021.

ARACAJU. PREFEITURA DE ARACAJU. (org.). **Secretarias:** cultura. Cultura. 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/cultura>. Acesso em: 23 maio 2021.

EXPRESSÃO SERGIPANA: **Antigo cine-theatro rio branco.** Antigo Cine-Theatro Rio Branco. 2020. Disponível em: <https://expressaosergipana.com.br/antigo-cine-theatro-rio-branco/>. Acesso em: 21 maio 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. (org.). **Monumentos Tombados e Registrados no Estado de Sergipe: relação de bens protegidos por lei e decretos do governo do estado. Relação de bens protegidos por lei e decretos do Governo do Estado.** 2016. Disponível em: <https://www.funcap.se.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Lista-de-Monumentos-Tombados-pelo-Governo-do-Estado-de-Sergipe-ATUALIZADA-2016.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

GOVERNO FEDERAL. (org.). **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.** 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

IPHAN. (org.). O Iphan. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 11 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (org.). **Biblioteca:** catálogo. Catálogo. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441010&view=detalhes>. Acesso em: 19 maio 2021.

JOHN SANTANA/EQUIPE JC (Sergipe). **JORNAL DA CIDADE: Há 49 anos sendo o Mais Completo de Sergipe:** principal jornal impresso de sergipe é modelo de credibilidade e compromisso com o bom jornalismo. Principal jornal impresso de Sergipe é modelo de credibilidade e compromisso com o bom jornalismo. 2020. Disponível em: <http://jornaldacidade.net/cidades/2020/03/316061/jornal-da-cidade-ha-49-anos-sendo-o-mais-completo-de-sergipe.html>. Acesso em: 21 maio 2021.

LUNA, Mozart. **Show de luz no Largo de São Gonçalo em Penedo.** Disponível em: <https://meioambienteeturismo.blogsdagazetaweb.com/2018/05/19/show-de-luz-no-largo-de-sao-goncalo-em-penedo/>. Acesso em: 01 jul. 2021

SERGIPE. FUNCAP. (org.). **Competências.** 2019. Disponível em: <https://www.funcap.se.gov.br/a-fundacao/competencias/>. Acesso em: 19 maio 2021.
<https://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5esTem%C3%A1ticas/Get%C3%BAlioVargas/tabid/6457/Default.aspx>